



ACÓRDÃO Nº205/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12285/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Recursos Supervisionados pela SEMAD.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Lucas Cezar Jose Figueiredo Bandiera (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5222/2021, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Recursos Supervisionados pela SEMAD. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual dos Recursos Supervisionados pela SEMAD, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do **Sr. Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera**, Secretário Municipal de Administração e Planejamento e Gestão e Ordenador de Despesas dos Recursos Supervisionados pela SEMAD, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Dar quitação ao **Sr. Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera**, Secretário Municipal de Administração e Planejamento e Gestão e Ordenador de Despesas dos Recursos Supervisionados pela SEMAD, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.



ACÓRDÃO Nº205/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

- 10.3.1.** Ausências dos documentos constantes no artigo 2º e incisos da Resolução nº. 05/1990 – TCE/AM;
- 10.3.2.** Ausência no Portal da Transparência de informações sobre licitações realizadas no exercício;
- 10.3.3.** Constatou-se no Portal da Transparência a ausência de informações referentes a diárias concedidas no referente exercício;
- 10.3.4.** Restos a Pagar com montante elevando, sendo que não foi detectado disponibilidade financeira para quitação;
- 10.3.5.** Ausência de esclarecimentos sobre se há justificativa técnica em razão da escolha do fornecedor e se há comprovação de aptidão para o desempenho de atividades pertinente e compatível com as características do objeto;
- 10.3.6.** Ausência de justificativas sobre a vantajosidade em aderir à Atas de Registros de Preços para serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva;
- 10.3.7.** Informar do que se trata e a origem dos valores constantes no Balanço Financeiro – Transferências Financeiras Concedidas (Independente da Execução Orçamentária, esclarecendo ainda o porquê do mesmo já não entrar no orçamento anual como previsão;
- 10.3.8.** Ausência do encaminhamento de documentos que comprovem a aplicação dos dispêndios com fornecimento de combustível (listas identificando os veículos/Órgão e o responsável pelo abastecimento), incluindo os documentos de acompanhamento do Responsável pelo contrato (fiscal do Contrato);
- 10.3.9.** Considerando os dispêndios relacionados nos autos, questiona-se a ausência de esclarecimentos sobre a necessidade da Despesa, informando do que se trata, além de encaminhar documentos que comprovem sua aplicação incluindo os documentos de acompanhamento do Responsável pelo contrato (Fiscal do Contrato), encaminhar ainda o Termo de Referência do referido contrato original;
- 10.3.10.** Considerando os dispêndios relacionados nos autos, questiona-se à Administração informar se essas Despesas de Exercício Anteriores, foram reconhecidas, informando ainda se estavam previstas em Orçamento, visto que se trata de recurso vultoso e não havia valores deixados em conta caixa para suprir tais despesas;
- 10.3.11.** Ausência de informações que esclareçam o motivo do



ACÓRDÃO Nº205/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

bloqueio registrado em Caixa e equivalentes de Caixa, conforme registro em Balanço Financeiro, encaminhando documentação comprobatória para tal execução.

- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Março de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente - não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral